

SUMÁRIO

I

INTRODUÇÃO AO DIREITO COMPARADO E AO SEU RAMO ADMINISTRATIVISTA 17

Gianne Lima

Introdução	17
1. O percurso histórico do Direito Comparado: de instrumento de comércio até seu desenvolvimento como ciência	19
1.1 Os primórdios da comparação jurídica	19
1.2 A origem do direito comparado moderno	20
1.3 A consolidação científica do direito comparado.....	22
2. Qual Direito Comparado? As muitas comparações possíveis.....	23
2.1 As muitas comparações possíveis.....	23
2.2 Os diferentes propósitos analíticos.....	25
3. Os grandes sistemas: a divisão entre <i>civil law</i> e <i>common law</i> ainda é útil? ...	27
3.1 As origens das ideias de famílias jurídicas.....	28
3.2 As principais famílias jurídicas.....	30
3.3 Desafios e críticas à classificação	32
4. O Direito Administrativo Comparado	33
4.1 Formas de encarar diferenças entre direitos administrativos.....	34
4.2 A proposta de Eduardo Jordão	35
4.3 Os desafios do Direito Administrativo Comparado.....	36
4.4 As condições para o Direito Administrativo Comparado.....	42
5. Conclusão	42
6. Bibliografia.....	43

II**DIREITO ADMINISTRATIVO COMPARADO – UM PANORAMA GERAL.... 45***Alexandre Santos de Aragão*

Introdução	45
1. França.....	46
2. Alemanha.....	53
3. Itália	54
4. Espanha	57
5. Portugal.....	61
6. Argentina	64
7. Inglaterra.....	67
8. Estados Unidos.....	70
9. Conclusões	77
10. Bibliografia.....	78

III**DOIS MODELOS EPISTÊMICOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO E SUA EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL NO DIREITO COMPARADO 81***André Tosta*

1. Introdução	82
2. Direito como conhecimento e diferentes concepções da relação entre Direito Administrativo e Poder Executivo.....	83
3. Comparação dos modelos de conhecimento administrativo.....	89
3.1 Semelhanças	91
3.2 Diferenças.....	92
4. Direito Romano-germânico	105
4.1 França	105
4.2 Alemanha.....	119
5. <i>Common law</i>	138
5.1 Reino Unido.....	138
5.2 Estados Unidos	150
6. Conclusões	162
Bibliografia	163

IV**DIREITO ADMINISTRATIVO: EXPANSÃO, CENTRALISMO
E GLOBALISMO – AS PISTAS DADAS PELO DIREITO COMPARADO 173***Rafael Arruda Oliveira*

Introdução	173
1. Prolegômenos de direito comparado: qual a sua razão de ser?.....	175
2. Direito Administrativo em mais de 200 anos.....	182
2.1 A influência europeia	188
2.2 A influência estadunidense	191
2.3 Arremates parciais.....	192
3. Expansão, centralismo e globalismo: o transadministrativismo.....	194
4. Considerações finais.....	211
5. Referências bibliográficas	211

V**OS ESTADOS IMPACTADOS PELO COLONIALISMO
E OS CAMINHOS PARA A ORGANIZAÇÃO BUROCRÁTICA 215***Sophia Guimarães*

Introdução	215
1. As pretensões do Império criam uma estrutura de dominação	216
1.1 O cotejo entre as estratégias de dominação da Espanha e da Grã-Bretanha.....	217
1.2 A comparação entre a colonização britânica e a francesa, quando coexistiram em territórios fronteiriços	222
2. O início do aparelhamento burocrático molda-se à gestão colonial	226
2.1 A estrutura administrativa implementada pela Coroa Britânica deu os contornos particulares ao momento fundacional da burocracia..	228
3. As escolhas do Império influenciam a trajetória política pós-independência	234
3.1 O potencial explicativo da dependência da trajetória (" <i>path dependence</i> ").....	236
3.2 A correlação entre o modelo de gestão colonial e a capacidade do Estado contemporâneo em promover o desenvolvimento socioeconômico	237

3.2.1	Estudo comparado sobre as variações do Índice de Desenvolvimento Humano.....	241
3.3	A correlação entre a representação dos povos colonizados no aparelho burocrático, o grau de estabilidade “inicial” do Estado, e os regimes de governo pós-independência	249
3.4	A correlação entre a seletividade da instrução formal e a composição moderna da burocracia nacional.....	259
4.	Considerações finais.....	261
5.	Referências.....	261

VI

AS AGÊNCIAS REGULADORAS INDEPENDENTES NA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NORTE-AMERICANA: ATÉ QUE PONTO É POSSÍVEL LIMITAR O CONTROLE DO PRESIDENTE SOBRE A BUROCRACIA ESTATAL?	263
--	------------

Caio César Alves Ferreira Ramos

Introdução.....	263
1. A implantação das agências reguladoras independentes como instrumentos institucionais destinados a limitar o controle do Presidente dos EUA sobre a burocracia estatal estadunidense	266
2. A consolidação do modelo de agências reguladoras independentes no âmbito da jurisdição constitucional norte-americana.....	272
2.1 <i>Humphrey’s Executor v. United States</i> (1935)	272
2.2 <i>Wiener v. United States</i> (1958)	274
2.3 <i>Morrison v. Olson</i> (1988).....	276
3. A limitação do modelo de agências reguladoras independentes em face das prerrogativas constitucionais do Presidente dos EUA como Chefe do Poder Executivo.....	283
3.1 <i>Free Enterprise Fund v. Public Company Oversight Board</i> (2010)	283
3.2 <i>Seila Law v. Consumer Financial Protection Bureau</i> (2020) e <i>Collins v. Yellen</i> (2021).....	285
3.3 <i>Lucia v. Securities and Exchange Commission</i> (2018)	287
3.4 <i>United States v. Arthrex, Inc.</i> (2021).....	289
4. Conclusão	293
5. Bibliografia.....	295

VII**MODELOS REGULATÓRIOS: COMPARATIVO ENTRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS NO BRASIL E OS QUANGOS NA INGLATERRA..... 299***Isabella Tanuy Gonçalves*

Introdução	299
1. <i>Quangos</i> na Inglaterra.....	300
1.1 Origem do termo.....	300
1.2 Conceito.....	301
1.3 Histórico e origem.....	303
1.4 Estrutura institucional.....	305
1.5 Principais críticas e medidas recentes.....	306
2. Agências reguladoras brasileiras	307
2.1 Origem e histórico.....	307
2.2. Regime jurídico e competências.....	308
3. Análise comparativa.....	311
4. Conclusão	315
5. Referências bibliográficas	316

VIII**AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS INDEPENDENTES NA “EUROPA LATINA” 319***Paulo André Espírito Santo*

Introdução	319
1. Autoridades administrativas independentes na denominada “Europa Latina”	321
1.1 França	323
1.2 Itália.....	330
1.3 Portugal	337
1.4 Espanha	341
2. Algumas comparações com as autoridades administrativas independentes brasileiras.....	345
3. Conclusão	350
4. Referências	352

IX**OS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO DIREITO COMPARADO E AS PERSPECTIVAS PARA O MODELO BRASILEIRO 357***Gustavo Binenbojm e Renato Toledo Cabral Junior*

Introdução: os contratos como instrumentos de atuação da Administração Pública no Brasil e no mundo.....	358
1. O modelo francês dos <i>contrats administratifs</i>	359
2. O modelo inglês e a aposta no direito privado	370
3. O modelo alemão: da negação do contrato no direito público ao <i>öffentlich-rechtlicher Vertrag</i>	374
4. Perspectivas brasileiras à luz do direito comparado	378
4.1 O modelo francês como arquétipo para os contratos administrativos brasileiros	378
4.2 O modelo inglês e a busca por equilíbrio nos contratos administrativos brasileiros	381
4.3 Influências do modelo alemão e os novos paradigmas da contratualidade administrativa.....	385
5. Conclusões	388
6. Referências	389

X**EXORBITÂNCIA DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: UMA ANÁLISE COMPARADA E SOB A ÓTICA DA TEORIA DA INCOMPLETUDE CONTRATUAL 393***Lucas Martins Magalhães da Rocha*

Introdução	393
1. Delimitação do conceito de exorbitância nos contratos administrativos para fins deste artigo.....	395
2. Breves notas sobre o método de análise comparada.....	396
3. Exorbitância nos sistemas romano-germânicos e <i>common law</i>	397
4. Exorbitância, imperatividade e pragmatismo.....	406
5. A questão sob a ótica da teoria da incompletude contratual.....	410
6. Conclusões	413
7. Bibliografia.....	414

XI**SERVIÇO PÚBLICO NO DIREITO COMPARADO, AS PENDULARES INFLUÊNCIAS SOBRE O DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO E O EXEMPLO DO SETOR PORTUÁRIO 415***Daniel Bento*

Introdução: direito comparado e método	416
1. Objeto de comparação: modelos de ordenação de atividades econômicas lato sensu de relevante interesse coletivo.....	419
1.1 O serviço público francês	420
1.2 Concepção norte-americana de <i>public utilities</i>	424
1.3 Noção alemã de <i>Daseinsvorsorge</i>	428
1.4 Serviços de interesse econômico geral na União Europeia	434
2. Tendente relativização das diferenças entre os modelos comparados.....	439
3. Pendulares influências externas no Brasil em distintos momentos históricos.....	450
4. O exemplo da regulação dos portos	457
5. Conclusão	468
6. Referências bibliográficas	471

XII**PARTICIPAÇÃO ADMINISTRATIVA EM PAÍSES SULAMERICANOS: UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL, ARGENTINA, COLÔMBIA, PERU E EQUADOR 475***Marcella Simões Penello Meirelles*

Introdução	475
1. Participação administrativa no Brasil: audiências e consultas públicas e outras formas de participação.....	479
2. O caso argentino: um tratamento padronizado para o Poder Executivo Federal.....	482
3. O caso colombiano: a participação como poder-dever constitucional	490
4. O caso peruano: a obrigatoriedade legal de audiências públicas em temas amplos.....	498
5. O caso equatoriano: a participação administrativa em uma Constituição do século XXI.....	504

6. Considerações finais	506
7. Referências bibliográficas	507

XIII

OS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS NOS ESTADOS CONTEMPORÂNEOS: APROXIMAÇÕES ENTRE OS SISTEMAS DE JUSTIÇA JUDICIAL E JUSTIÇA ADMINISTRATIVA	509
---	------------

Felipe Salathé

Introdução	509
1. Os “tipos ideais” de justiça judicial e justiça administrativa	512
2. A mitigação das fronteiras entre os modelos de jurisdição una e dual	516
2.1 Variações de classificação a depender do ponto de vista	516
2.2 Aproximação entre os sistemas de justiça judicial e justiça administrativa	518
3. Aproveitamentos das reflexões para o caso brasileiro	526
4. Conclusões	529
5. Bibliografia	530

XIV

UM ESTUDO COMPARADO DA NORMALIZAÇÃO	535
--	------------

Youssef Yunes Borges Pires

Introdução	535
1. O objeto jurídico comparado: sistemas de normalização	537
1.1 Normalização e seus aspectos gerais	537
1.2 O paradigma: Sistema Brasileiro de Normalização	540
2. Comparatística	545
2.1 Reino Unido	545
2.2 Estados Unidos	548
2.3 França	550
2.4 Espanha	557
3. Conclusão	559
4. Referências	560

XV**O USO DE ALGORITMOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA TOMADA DE DECISÕES ADMINISTRATIVAS: PERSPECTIVAS LEGISLATIVAS NO BRASIL E NA UNIÃO EUROPEIA 563***Hellen Ferreira Divan*

Introdução	563
1. Algoritmos e inteligência artificial na mira	566
1.1 Conceito e funcionalidade	566
1.2 Como se relacionam com <i>big data</i> , <i>machine learning</i> e <i>deep learning</i> ?	569
2. Algoritmos e inteligência artificial no controle.....	570
2.1 Inteligência humana versus inteligência artificial.....	571
2.2 Dimensões de juridicidade das decisões administrativas apoiadas em algoritmos.....	574
2.2.1 Motivação dos atos administrativos algorítmicos	575
2.2.2 Transparência e explicabilidade <i>versus</i> opacidade algorítmica ...	577
2.2.3 Impessoalidade e igualdade <i>versus</i> vieses algorítmicos ilícitos...	582
3. Perspectivas legislativas no Brasil e na União Europeia	584
3.1 <i>EU Artificial Intelligence Act (AI Act)</i>	585
3.2 Projeto de Lei no Brasil.....	587
4. Conclusão	589
5. Referências	590